



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

**ATA NÚMERO 238/XII/4.ª SL**

**17.março.2015 – 15h00**

Aos 17 dias do mês de março de 2015, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 3, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação de ata**

**3. Comunicações do Presidente**

**4. Audiência à Federação Nacional das Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico - 15h00**

**5. Projeto de Lei n.º 792/XII (PS), 1.ª alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior), reforçando a gestão democrática das instituições**

- **Apresentação pelo PS**
- **Deputado autor do parecer:** Duarte Marques - PSD
- **Apreciação do relatório e parecer em 24 de Março**
- **A discussão no Plenário está agendada para 26 de março**

**6. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Avaliação ex post das Capitais Europeias da Cultura 2013 (Košice e Marselha-Provença) – COM (2015) 74**

- **Apreciação liminar**
- **Autor do parecer - PS**
- **Apresentação do parecer a 7 de abril de 2015**

**7. PROPOSTA DE DECISÃO DO CONSELHO** Relativa à assinatura, em nome da União Europeia, da Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas no que diz respeito a questões não relacionadas com o direito penal substantivo e com a cooperação judiciária em matéria penal – **COM (2015) 84**

- **Apreciação liminar**
- **Autor do parecer - PSD**
- **Apresentação do parecer a 7 de abril de 2015**

**8. PROPOSTA DE DECISÃO DO CONSELHO** Relativa à assinatura, em nome da União Europeia, da Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas no que diz respeito a questões relacionadas com o direito penal substantivo e com a cooperação judiciária em matéria penal – **COM (2015) 86**

- **Apreciação liminar**
- **Autor do parecer - BE**
- **Apresentação do parecer a 7 de abril de 2015**

**9. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES** Resultados da consulta

pública sobre a estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo –  
**COM (2015) 100**

- **Apreciação liminar**
- **Autor do parecer - PSD**
- **Apresentação do parecer a 7 de abril de 2015**

**10. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS** para audição de várias entidades sobre a existência em Portugal de inúmeros jogadores estrangeiros, sobretudo jovens, em situação de irregularidade de residência e de trabalho

- **Apreciação e votação**

**11. Proposta de projeto de deliberação apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE**, sobre o estado de degradação das instalações da às instalações da Escola de Música do Conservatório Nacional

- **Apreciação e votação**

**12. Texto Final do Projeto de Resolução n.º 1280/XII/4<sup>a</sup>** que Recomenda ao Governo a criação de mecanismos que assegurem o pagamento atempado dos contratos para a prestação de serviço público de educação às escolas do ensino particular e cooperativo

- **Apreciação**

**13. Outros assuntos**

**14. Data da próxima reunião**

24 de março de 2015

## **1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

Na ausência do Presidente, a reunião foi presidida pela Vice-Presidente, Deputada Nilza de Sena (PSD).

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

## **2. Aprovação de ata**

A ata n.º 237, relativa à reunião de 10 de março último, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

## **3. Comunicações do Presidente**

### **3.1. Baixa de iniciativas à CECC**

- 3.1.1.** A Presidente informou que tinha baixado em 11 de março à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP, fixada como Comissão competente), em conexão com a Comissão de Educação, Ciência e Cultura (CECC), o [Projeto de Lei n.º 807/XII/4.ª \(PS\), Alarga às entidades que prosseguem atividades culturais a possibilidade de consignação de uma quota do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.](#)

Indicou ainda que a iniciativa era distribuída ao PSD para elaboração do contributo da CECC e que o mesmo seria apreciado na reunião de 31 de março, para posterior remessa à COFAP.

- 3.1.2.** Deu depois conta da baixa do [Projeto de Lei 812/XII \(PS\), Define um regime de pagamento faseado das propinas devidas pelos estudantes do ensino superior e cria um regime especial de pagamento por beneficiários de bolsas de ação social, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto](#), tendo informado que o mesmo era distribuído ao PSD para elaboração do respetivo parecer, sendo feita a apresentação da iniciativa em 31 de março e apreciado o parecer em 7 de abril.
- 3.1.3.** Por último, referiu a baixa do [Projeto de Resolução n.º 1297/XII, PS, Recomenda ao Governo a definição de normas regulamentares uniformizadoras dos critérios de fixação de taxas e emolumentos cobrados pelas Instituições de Ensino Superior](#), tendo a Deputada Odete João (PS) informado que pretendiam a sua discussão no Plenário.
- 3.2.** Informou ainda que o Coordenador do Centro de Física e Investigação Tecnológica, CEFITEC, da Universidade Nova, tinha solicitado uma audiência para equacionar o processo de avaliação de unidades de investigação, a nível nacional (particularmente a avaliação do CEFITEC). Nessa sequência, foi consensualizado que a mesma fosse concedida pelo Grupo de Trabalho da Ciência.
- 3.3.** Foi consensualizado que a audiência do Presidente da Federação Portuguesa de Futebol (Dr. Fernando Gomes), na sequência do requerimento do PSD, fosse feita no dia 8 de abril de 2015, pelas 10h00.
- 3.4.** Tendo presente o convite para uma delegação da CECC (1 Deputado de cada Grupo Parlamentar) estar presente no Instituto Nossa Senhora da Encarnação-Externato Cooperativo da Benedita, no dia 8 de abril de 2015 (quarta-feira), pelas 10h30, por ocasião do 50.º aniversário e para a sessão inaugural da Semana Cultural do Externato, foi indicado que estariam presentes os Deputados Maria da Conceição Pereira (PSD) e Manuel Isaac (CDS-PP) e que o PCP não se faria representar.
- Nessa sequência, o Deputado Luís Fazenda indicou que o BE também não se faria representar e a Deputada Odete João (PS) referiu que indicariam posteriormente o Deputado do PS que estaria presente.
- 3.5.** A Presidente indicou que o Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar propunha realizar as visitas que a seguir se referem, tendo as mesmas sido aprovadas.

**13.abril.2015 (2.ªfeira, todo o dia) - Distrito do Porto**

- Escola EB 2,3 de Miragaia - Agrupamento de Escolas Rodrigues Freitas (Porto);
- Escola Básica Dr. Costa Matos - Agrupamento de Escolas Dr. Costa Matos (Vila Nova de Gaia).

**14.abril.2015 (3.ª feira, de manhã) - Distrito de Lisboa**

- Escola Secundária de Caneças (Odivelas).

- 3.6.** Deu depois conta de que o Grupo de Trabalho da Ciência faria uma visita de trabalho ao Laboratório Nacional de Energia e Geologia, em execução do seu Plano de Atividades, e que propunha realizá-la no dia 7 de abril, tendo-se registado consenso.

3.7. Por último, referiu a distribuição dos relatórios das atividades a seguir indicadas, não se tendo registado quaisquer intervenções em relação aos mesmos:

- Audiência concedida a representantes da Plataforma Pró-Lei das Terapêuticas Não Convencionais;
- Audição da CONFAP, pelo Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar;
- Audição da CNIFE, pelo Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar;
- Audiência aos Professores dos Institutos Superiores Politécnicos;
- Visita à Escola de Música do Conservatório Nacional.

#### 4. Audiência à Federação Nacional das Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico - 15h00

A constituição da delegação dos representantes das várias Federações e Associações Académicas está disponível na [página da Comissão, na internet](#).

Os representantes das entidades abordaram em primeiro lugar a alteração das regras de acesso ao ensino politécnico, tendo-se manifestado contra a diferenciação entre o subsistema universitário e o politécnico. Referiram ainda que a reorganização da rede do ensino superior estava por cumprir e realçaram a dificuldade de captação de estudantes, que teria estado na origem da proposta do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos de alteração das regras de acesso ao ensino politécnico.

Neste âmbito, pediram a indicação da posição da Comissão em relação à matéria.

Referiram depois que o Governo ainda não tinha entregado o estudo sobre o abandono escolar no ensino superior que se tinha comprometido a entregar, realçando que estavam abrangidos mais de 8.000 alunos.

Realçou de seguida a relevância dos programas [Retomar](#) e [+Superior](#), tendo indicado algumas limitações dos mesmos, nomeadamente o facto de o primeiro ser só para jovens que não estão em formação e propondo que no segundo seja dada às instituições a possibilidade de gerirem as vagas dos vários cursos, atribuído o privilégio de ocupação das mesmas a favor das instituições com menor percentagem de ocupação de vagas e que fossem criados mais mecanismos de fixação dos jovens nas regiões das instituições em que tinham feito os cursos.

O Deputado Duarte Marques (PSD) referiu que a Comissão ouvia os representantes das instituições de ensino, mas dava também uma especial relevância à participação das Associações Académicas. Informou depois que não conheciam a proposta do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, a não ser pela comunicação social e defendeu que baixar a média de entrada no ensino politécnico não era a única solução.

Realçou depois a importância dos programas Retomar e +Superior e defendeu que o 1.º ano de implementação não era fácil, salientando que eram medidas positivas, com virtudes e defeitos, mas havia necessidade de se fazer uma melhor distribuição das vagas. Salientou ainda que se pretendiam mais estudantes no ensino superior.

Por último, informou que também se preocupavam com o abandono escolar e já tinham questionado o Governo sobre isso, aguardando a respetiva resposta.

A Deputada Odete João (PS) defendeu que o reordenamento da rede deve ser feito de forma equilibrada, com base num acordo estratégico com os diferentes parceiros, tendo em conta as necessidades do país e as escolhas dos jovens. Considerou preocupante o abandono escolar e indicou a necessidade de haver um reforço dos apoios a nível da ação social.

Manifestou-se depois a favor de mais alunos no ensino superior e mais diplomados, sem contar com os cursos técnicos superiores profissionais (de 2 anos e sem certificação). Em relação às vagas, salientou a necessidade de um acordo estratégico com todos os parceiros, incluindo os representantes dos alunos, para haver estabilidade nas políticas.

A Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) salientou a necessidade de se refletir sobre as regras de acesso ao ensino superior, face à diversidade dos sistemas e para se tornar o acesso mais justo, tendo indicado que não chocava que os Politécnicos tivessem regras diferenciadas das Universidades. De seguida, perguntou aos representantes das várias Federações e Associações Académicas qual o modelo que consideravam mais justo.

Referiu depois que tinha sido aprovada a [Resolução da Assembleia da República n.º 60/2013](#), estabelecendo que o Governo apresentasse ao Parlamento um relatório anual sobre o abandono escolar no ensino superior, mas o trabalho subjacente teria de ser feito pelas instituições, que não estavam a disponibilizar essa informação, por dificuldades da sua obtenção, tendo perguntado se tinham alguma proposta para esse efeito.

A Deputada Rita Rato (PCP) referiu que estavam preocupados com a alteração do regime de acesso aos Politécnicos e com a diferenciação e desvalorização do mesmo em relação ao regime de acesso às Universidades. Reiterou depois que a referida Resolução n.º 60/2013 estabelecia que o Governo deveria remeter um relatório anual sobre o abandono escolar, pelo que já deveriam ter sido enviados dois, mas não tinha sido recebido nenhum e realçou que era o 6.º ano consecutivo com menos alunos no ensino superior.

Realçou ainda que os programas [Retomar](#) e [+Superior](#) eram importantes, mas mais importante era reforçar a ação social. Por último, salientou que os bolseiros pagavam propinas (contrariamente ao que acontecia nos países europeus) e que o programa Retomar atribuía uma bolsa de 1.000€ a 1.500€ e as propinas eram cerca de 1.000€.

O Deputado Luís Fazenda (BE) manifestou discordância em relação à diferenciação estrutural na entrada dos alunos nas Universidades e nos Politécnicos, salientando que os segundos podem começar a ser a extremidade do sistema dual e já ministram atualmente cursos sem diploma.

Enfaticou depois a existência de um abandono escolar significativo, maior no 1.º ano, por razões várias e realçou que havia necessidade de mais apoios sociais e mais eficazes e se vinha verificando uma incapacidade de integração dos alunos nas instituições. Por último, defendeu a necessidade de novas políticas socioeducativas.

Na sequência das perguntas e observações feitas, os representantes das várias Federações e Associações Académicas referiram que valorizavam os programas [Retomar](#) e [+Superior](#), mas entendiam que eram a evidência de que a ação social tinha falhado. Informaram depois que o Governo iria rever o Regulamento das Bolsas, tendo manifestado a esperança de que a alteração já tivesse efeito no próximo ano letivo, para incluir mais estudantes no ensino.

Referiram que o programa Retomar originou 482 requerimentos de interessados, quando se tinham verificado mais de 4.000 inscrições na plataforma, tendo pedido um estudo para se saber a razão por que não concluíram a candidatura.

Discordaram do estabelecimento de exigências diferentes para o acesso aos 2 subsistemas de ensino e aventaram a hipótese de se alterarem as regras globalmente, equacionando a hipótese de atribuição de um peso diferente para as avaliações interna e externa, para as disciplinas específicas, etc.

Em relação ao estudo sobre o abandono escolar, aceitaram que existiam dificuldades de concretização, mas propuseram que o Governo indicasse às instituições de ensino que elaborassem um Guia de Boas Práticas para prevenir o fenómeno, além de o quantificar.

Salientaram depois que os [Cursos Técnicos Superiores Profissionais](#) geravam confusão aos candidatos e às entidades empregadoras, tendo proposto a sua reponderação, bem como a respetiva avaliação pela [Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior](#) (e não pela Direção Geral do Ensino Superior, como acontecia atualmente).

Referiram, ainda, que o Governo tinha um documento em discussão sobre o financiamento do ensino superior, mas pretendia redistribuir verbas e não aumentá-las e o mérito não era avaliado.

Em termos de conclusões, indicaram o seguinte:

1. Aceitavam a revisão do acesso ao ensino superior, mas não com a hierarquização e diferenciação dos subsistemas;
2. Na alteração do Regulamento de Bolsas, solicitaram a passagem dos rendimentos de brutos para líquidos, o aumento do limiar de elegibilidade e 1 ano de carência dos índices reduzidos para conclusão do curso;
3. Solicitaram a reponderação dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais;
4. Pediram a uniformização do preço das refeições nas cantinas das várias instituições de ensino e a fixação de um teto máximo para os preços das residências universitárias;
5. A proposta de financiamento do ensino superior não incluía a ação social escolar e tinha uma diferenciação dos fatores de custo por subsistemas;
6. A ação social indireta devia ser assente no Indexante dos Apoios Sociais.

Por último, indicaram que remeteriam entretanto as conclusões dum encontro nacional recente, as quais estão disponíveis na [página da Comissão, na internet](#).

A finalizar, a Deputada Rita Rato (PCP) informou que a Assembleia da República não conhecia a proposta do Governo em relação à alteração do regime de financiamento, pelo que não se tinham podido pronunciar sobre ela.

A gravação da audiência e a documentação disponibilizada pelas entidades estão disponíveis na [página da Comissão, na internet](#).

5. **[Projeto de Lei n.º 792/XII \(PS\)](#)**, 1.ª alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior), reforçando a gestão democrática das instituições

A Deputada Odete João (PS) solicitou o adiamento deste ponto e que a apresentação da iniciativa se realizasse na reunião do dia 24 de março, antes da apreciação do respetivo parecer, da autoria do Deputado Duarte Marques (PSD), tendo havido consenso.

6. **RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES** Avaliação ex post das Capitais Europeias da Cultura 2013 (Košice e Marselha-Provença) – [COM \(2015\) 74](#)

Por proposta do Deputado Acácio Pinto (PS), com o fundamento de se tratar de um Relatório, a Comissão deliberou não efetuar escrutínio desta iniciativa.

7. **PROPOSTA DE DECISÃO DO CONSELHO** Relativa à assinatura, em nome da União Europeia, da Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas no que diz respeito a questões **não** relacionadas com o direito penal substantivo e com a cooperação judiciária em matéria penal – [COM \(2015\) 84](#)

A Comissão deliberou efetuar o escrutínio da iniciativa, por deputado a designar pelo PSD, tendo a apreciação do respetivo parecer sido agendada para a reunião de 7 de abril.

8. **PROPOSTA DE DECISÃO DO CONSELHO** Relativa à assinatura, em nome da União Europeia, da Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas no que diz respeito a questões relacionadas com o direito penal substantivo e com a cooperação judiciária em matéria penal – [COM \(2015\) 86](#)

A Comissão deliberou efetuar o escrutínio da iniciativa, tendo sido designado como autor do parecer o Deputado Luís Fazenda (BE) e agendada a sua apreciação para a reunião de 7 de abril.

9. **COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES** Resultados da consulta pública sobre a estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo – [COM \(2015\) 100](#)



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Por proposta da Deputada Isilda Aguincha (PSD), com o fundamento de se tratar de uma Comunicação, a Comissão deliberou não efetuar escrutínio desta iniciativa.

**10. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS** para audição de várias entidades sobre a existência em Portugal de inúmeros jogadores estrangeiros, sobretudo jovens, em situação de irregularidade de residência e de trabalho

Por solicitação do Deputado Pedro Pimpão (PSD), tendo em vista uma reflexão mais alargada sobre entidades a ouvir, foi consensualizado adiar este ponto.

**11. Proposta de projeto de deliberação apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE**, para se interpelar o Governo para que proceda aos esforços necessários para reunir com a Direção da Escola de Música do Conservatório Nacional, tendo em vista criar um plano sustentável de recuperação da mesma

O Deputado Luís Fazenda (BE) solicitou a retirada deste ponto, por ter recebido informação da Direção da Escola de que a reunião já tinha sido marcada, tendo havido consenso da Comissão.

**12. Redação final do [Projeto de Resolução n.º 1280/XII/4ª](#), de Deputados do PSD e do CDS-PP**, que Recomenda ao Governo a criação de mecanismos que assegurem o pagamento atempado dos contratos para a prestação de serviço público de educação às escolas do ensino particular e cooperativo

A redação final do Projeto de Resolução, sem alterações em relação ao texto inicial, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

**13. Outros assuntos**

Não se registaram outros assuntos.

**14. Data da próxima reunião**

24 de março de 2015

A reunião foi encerrada às 16:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de março de 2015

**A VICE-PRESIDENTE**

**(Nilza de Sena)**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto  
Amadeu Soares Albergaria  
Carlos Enes  
Duarte Marques  
Elza Pais  
Inês de Medeiros  
Isilda Aguincha  
João Prata  
Luís Fazenda  
Margarida Almeida  
Maria Conceição Pereira  
Maria da Conceição Caldeira  
Maria José Castelo Branco  
Nilza de Sena  
Odete João  
Pedro Pimpão  
Rita Rato  
Rui Pedro Duarte  
Adelaide Canastro  
Agostinho Santa  
Ana Sofia Bettencourt  
Diana Ferreira  
Emília Santos  
Inês Teotónio Pereira  
Laurentino Dias  
Maria Gabriela Canavilhas  
Maria João Ávila

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia  
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista  
Michael Seufert  
Paulo Cavaleiro